



Anais da Assembléia

N.º 106

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Resoluções:

RESOLUÇÃO N.º 40/80

DATA: 16 de setembro de 1980.

SÚMULA: Proíbe o porte de arma, de qualquer espécie, nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 119 do Regimento Interno passa a vigorar com o seguinte § 5.º.

“Art. 119 —

§ 5.º — Fica proibido o porte de arma de qualquer espécie, no recinto do Plenário.”

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 16 de setembro de 1980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 41/80

DATA: 16 de setembro de 1980.

SÚMULA: Aprova as contas do Governo do Estado, referente ao exercício financeiro de 1976.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único — São aprovadas as contas do Governador do Estado, apresentadas através do Balanço Geral, referente ao exercício financeiro de 1976.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 16 de setembro de 1980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turrá, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Gilberto Agibert Filho (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Leônidas Chaves, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga e Wilson Fortes (13).

dente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 34/80, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Ubatã.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1980.

a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inclusão, na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 108/80, que “retifica o artigo 4.º, da Lei n.º 230, de 29 de dezembro de 1961 (cria no Município de Tuneiras do Oeste o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida D'Oeste), que tramita em regime de urgência.

A medida solicitada se prende à necessidade de regularizar a situação para que possa ser efetuado o Censo pelo IBGE. Eis que a Lei que criou o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida D'Oeste estabeleceu divisas que ultrapassam os limites do Município de Tuneiras do Oeste, atingindo, consequentemente, área do Município de Araruna.

Os ilustres prefeitos dos apontados municípios, manifestando-se a respeito, demonstraram o interesse na retificação proposta, conforme declarações juntadas no processo.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor NIVALDO ALMEIDA NETTO, DD. Secretário dos Transportes, solicitando a construção urgente de um TREVO, na Rodovia PR-323, que liga a cidade de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1980.

A) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A ausência de um Trevo Rodoviário com condições normais de tráfego naquela rodovia, tem causado além de prejuízos materiais, também a perda de vida de diversas pessoas, fato ocorrido nos últimos 17 meses, sendo a maioria de estudantes da Faculdade de Umuarama.

Essa trágica cifra já atingiu 17 pessoas, em graves acidentes automobilísticos.

Diante dos fatos, solicitamos a aprovação deste requeri-

te do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria da Educação, solicitando estudos, visando a inclusão nos currículos das escolas rurais, de uma disciplina relacionada com a atividade agropecuária.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente apelo, se deve à falta de cursos profissionalizantes, que é uma triste realidade neste País. O setor agropecuário é um dos que mais ressenha essa lacuna. O ideal seria a instalação de uma Escola Agrícola, já que o Paraná é um Estado agrícola. No entanto, diante da sua conhecida impraticabilidade, vejo como forma de suprir essa deficiência, a inclusão, nas escolas rurais, de uma disciplina profissionalizante, que através da qual, se possa levar aos alunos, ensinamentos elementares sobre as atividades agropecuárias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Presidente da PETROBRÁS, Sr. Shigeaki Ueki, sugerindo urgentes medidas para a encampação da Usina Central do Paraná, em Porecatu, a fim de que a empresa se fortaleça no plano de produção de álcool combustível, ao mesmo tempo em que resolva a angustiante situação social dos trabalhadores daquela usina, bem como da cidade que lhe é dependente.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Já é amplamente conhecida a situação da Usina Central do Paraná, com graves problemas econômicos, crônicos, que oneram o Governo Federal e seus órgãos com pedidos de sustentação das atividades da empresa. De outro lado, é até trágica a situação da maioria dos trabalhadores diretos da empresa, bem como de seus fornecedores. Há que acrescentar, ainda, a dependência que tem toda a cidade, com seus 33 mil habitantes, em relação à usina.

Só poderá haver uma solução para esse estado de coisas, com medidas concretas de parte dos principais credores do Grupo Atalla, que é o próprio Governo da União e seus órgãos financeiros. Acreditamos que a PETROBRÁS, à falta de outra empresa estatal, não poderá deixar a produção de álcool combustível como espaço para a cartelização econômica que porá em risco até a segurança nacional. Assim, consideramos a melhor solução, seja formada uma subsidiária da PETROBRÁS, para a exploração da usina, em sociedade até com empresa para-estatal do Paraná, credor de 120 milhões mensais.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna nesta sessão, é para esclarecer sobre um pronunciamento feito na sessão de ontem pelo Deputado Daros. Disse o Deputado Daros no seu pronunciamento de que estranhava a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa ter mais um membro. E na sua fala, o membro seria o Secretário dos Transportes, que na época era o Dr. Osiris Stenghel Guimarães, que por solicitação desta Casa, emitiu um

parecer num projeto de lei de autoria do Deputado Daros. Envolvendo também o meu nome, como relator, dizia o Deputado, baseado no Parecer fornecido pelo Secretário dos Transportes, é que eu argüi a inconstitucionalidade do projeto apresentado pelo eminente Deputado.

Porém, a bem da verdade, devo esclarecer, porque se apenas falasse em meu nome, não haveria talvez razão de eu aqui estar, procurando esclarecer o caso. Mas, como envolve e deixa em dúvida, creio que involuntariamente, pelo Deputado, deixa em dúvida o comportamento da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e que eu, na condição de Presidente, senti-me no dever e na obrigação de aqui comparecer para dizer de que a Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa, tem tido o maior cuidado e o maior zelo ao emitir os seus pareceres. Se não vejamos: no presente episódio, quando foi analisado o primeiro parecer, a mim deixou dúvida como membro ainda suplente da Comissão de Constituição e Justiça. E por isso, entrei em plenário desta Casa, com um requerimento que foi aprovado, pedindo diligências à Secretaria de Transportes para que ela opinasse e de lá veio a resposta. E tanto, não levamos em consideração o parecer na sua íntegra, porque o artigo 167, da Constituição Federal, que o Sr. Secretário disse de sua inconstitucionalidade, não levamos em consideração. Apenas demos, não como relator, mas como membro da Comissão, o nosso voto em separado, e cujo voto em separado nós argüimos a inconstitucionalidade, não baseados no artigo 167, mas no artigo 21 da Constituição. E levamos também em consideração, de que cabe ao Conselho Ministerial de preços e no caso de ser concedido este favor, quem arcaria com esta diferença das passagens.

Queremos deixar claro, aqui e agora, de que a intenção nossa, se possível for, favorecer aos estudantes, em cinquenta por cento das suas passagens como é o que se propõe o projeto; achamos de inteira justiça. Porém, dizer que nós, na Comissão de Constituição e Justiça, estamos agora com um membro a mais ou que não estamos julgando de acordo com os critérios e ditames da lei, não é transmitir a verdade. Perdoe-me, Sr. Deputado Daros; sei que este projeto voltará à discussão na Comissão de Constituição e Justiça, mas a decisão deste voto em separado, não foi só minha, foi da maioria dos membros daquela Comissão. Obviamente julgaram e decidiram de acordo com os ditames, também das suas consciências. E eu manterei o meu voto em separado aqui e outra vez na Comissão de Constituição e Justiça. Mas quero deixar claro, como Presidente que sou daquela Comissão, de que a Comissão de Constituição e Justiça tem zelado pela ordem e pela lei e tem procurado decidir de acordo com as suas consciências e nunca com terceiras intenções.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade de propor a esta Casa, através de requerimento que foi aprovado, ao Poder Executivo, no sentido de que concedesse um abono de emergência ao funcionalismo público dos três Poderes, inclusive ao Magistério Público, tendo em vista que a situação é por demais angustiante, em face do crescente aumento do custo de vida.

Há dias passados, ouvimos pronunciamento do Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que a concessão de um abono de emergência era perfeitamente viável e suportável pelos cofres públicos, isto porque o Estado tinha condições de arcar com mais este ônus.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, agora, ainda há pouco, apesar do Sr. Governador do Estado Ney Braga, haver afirmado que era do seu gosto conceder esse abono de emergência, vem o Sr. Secretário do Planejamento negar condi-

ções ao Estado, para arcar com o ônus desse abono de emergência.

Estranhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse conflito de pensamentos, de idéias e de posicionamentos dos Srs. Secretários de Estado, e que é uma característica dos Ministros deste País: quando um afirma uma coisa, outro, falando sobre o mesmo assunto, nega.

De forma que estamos sem saber se o Estado tem realmente condições de arcar, e nós acreditamos que tem, porque afirmamos no nosso requerimento, o custo de vida traz uma melhor arrecadação, porque vem refletir na dinâmica do próprio ICM, por suas características, enquanto que os vencimentos dos funcionários e daqueles que vivem e trabalham no Estado, e vivem de vencimentos, estes vencimentos são estáticos e foram fixados em janeiro, para vigorar por doze meses, sendo que a arrecadação tem uma evolução crescente de mês a mês.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendemos que o Governo do Estado está-se tornando insensível para um problema que ele, de há muito, deveria pensar nele, pensar com bastante carinho, porque não é demagogia da Oposição, como, ainda há pouco, num pronunciamento afirmava o Sr. Líder do Governo, de que nós, ao pleitearmos melhoria de vencimentos, inclusive para o magistério público, estaríamos usando a classe para fazer demagogia. Não! Nós transmitimos aqui, como Deputados, da Oposição, e assim também muitos membros da Bancada situacionista, dizem aquilo que recebem como informação através das áreas dos diversos segmentos da sociedade interessada.

Então, o que dizemos aqui é o que ouvimos nos diversos segmentos da sociedade, nas classes laboriosas, e vimos aqui transmitir as reivindicações que, no nosso entender, são justas, como justo é, no meu entendimento, o anseio que está tendo, é a preocupação, a necessidade premente que se dê agora, e de imediato, um abono de emergência aos funcionários públicos do Estado, para que possam satisfazer as necessidades mínimas à sua sobrevivência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê) “Perderam tempo os que acreditaram, os que tiveram esperanças e mais ainda os milhares de professores que deixaram os seus Estados de origem e foram até Brasília.

Outra manobra do Governo e o Congresso Nacional acabou por rejeitar ontem a proposta de emenda constitucional que previa a aposentadoria dos professores aos 25 anos de serviço.

Enquanto os Deputados tiveram razoável liberdade para votar a favor da emenda, tanto é que 116 Deputados do PDS puderam votar a favor — já no Senado a coisa estava preparada.

Vinte e seis dos Senadores dos Partidos de Oposição, somados aos votos de cinco Senadores do Governo: Milton Cabral, Aderbal Jurema, João Calmon, José Caixeta e Amaral Furlan — totalizaram trinta e um votos favoráveis, quando a maioria no Senado é de trinta e quatro votos.

Com isto, o Governo usou de outra manobra. Procurou dar liberdade na Câmara — com mais de 50% de seus Deputados votando a favor da emenda, fazendo com que seus Senadores respondessem pela rejeição.

Isto pelo menos vai permitir que os Deputados Federais do PDS possam nas suas andanças pelo interior dizer aos professores que eles votaram a favor da emenda, mas que o problema foi no Senado.

O espetáculo mais deprimente, no entanto, foi praticado contra os professores que foram à Brasília, com a criação de obstáculos para que pudessem adentrar às galerias daquela Casa que é conhecida como a “Casa do Povo”.

Enfim, está encerrado mais um capítulo da sonhada apo-

sentadoria dos professores aos 25 anos de serviço.

Como desta vez, o Governo foi mais cauteloso para dar o “bote final”, tentando salvar a pele de seus Deputados Federais, é possível que no próximo capítulo os professores acabem por conquistar esse benefício, ou em última análise, reconquistar um direito perdido.

Já em Brasília, o Subsecretário de Imprensa do Palácio do Planalto — Alexandre Garcia, falando a respeito da apreensão de revistas sobre sexo (e a lista de publicações do gênero chega a 173), informou que houve uma recomendação através do Ministério da Justiça — feita no último dia 09 de setembro — recomendação essa aos Governos dos Estados e aos Juizes de Menores, para fiscalizarem melhor os abusos com matérias pornográficas.

No Rio de Janeiro tais revistas, a partir de amanhã, só poderão voltar às bancas envoltas em embalagem de plástico, inviolável.

O Juiz de Menores do Rio de Janeiro baixou duas portarias, uma referente às revistas que abordam sexo e erotismo — e outra proibindo os cinemas cariocas de exibirem “trailers” de filmes proibidos em sessões liberadas para menores de 18 anos, proibindo também, que cartazes de filmes proibidos sejam afixados nas portas dos cinemas.

Os desobedientes estarão sujeitos às sanções: as bancas poderão receber multas de 1/4 do salário-mínimo e seus proprietários detidos por até seis meses e os cinemas multados no mesmo valor e interditados por até seis meses.

Fazemos este registro, esperando que possamos seguir agora mesmo o exemplo — na defesa do desenvolvimento sadio de nossa juventude, livre dessa licenciosidade e devassidão.”

Apenas isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Oposição vem demonstrando sua seriedade na condução de seus trabalhos, nesta Casa, através de vários fatos que vêm ocorrendo, vários pronunciamentos que aqui são feitos, várias denúncias que continuam sendo feitas nesta Casa.

No início deste ano, este Deputado, apoiado por sua Bancada, solicitou a instauração de uma comissão parlamentar de inquérito, para apurar irregularidades no DETRAN. E continua sendo o órgão número um em corrupção, em todo o País.

Lamentavelmente, por motivos que até este momento desconheço, os membros do Partido Situacionista renunciaram àquela CPI e, a estranheza aumenta, quando se nota, como ocorreu na tarde de ontem, o nobre Deputado Gabriel Manoel usando da tribuna e o fazendo com muito brilho como sempre, quando solicitava o imediato afastamento do sub-diretor do DETRAN, por ser, este cidadão, responsável hoje no Estado do Paraná, por vendas de carteiras “frias”; e a estranheza, porque, os Deputados requerentes foram, justamente, dois daqueles que deixaram a CPI do DETRAN, que renunciaram e impediram que esta CPI tivesse sequência. Não trouxe ontem, a esta Casa, nenhuma novidade, o Deputado Gabriel Manoel, porque já se sabe em todo o País, que tem, o nosso DETRAN, o Coronel Oswaldo Cruz como Diretor, um homem que assumiu aquela posição nem se sabe porque, porque até hoje não apresentou condição alguma que provasse ser ele, um homem capaz e operante para ocupar aquela função; prometeu muito de que as irregularidades seriam sanadas, mas as denúncias continuam sendo feitas diariamente. Tem analfabeto, guiando carro, no Paraná; existem carteiras do Paraná no Acre, em Goiás, no Pará, em Minas Gerais, vendidas a Cr\$ 1.000,00 como o próprio Deputado Gabriel Manoel acabou denunciando na tarde de ontem. E a nossa estranheza se manifesta, justamente porque o próprio Deputado Gabriel Manoel renunciou daquela Comissão,

daquela CPI, e, agora, ele pede o afastamento, até que se comprove em definitivo, toda a culpa que deve ter aquele sub-diretor. E é o momento então, de aproveitar esta denúncia dos Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel, aproveitar também trechos do seu pronunciamento quando queria dizer, o Sr. Governador do Estado, acabar com a corrupção em todos os setores, de, solicitar ao nobre Líder do PDS, que volte a indicar membros para que esta CPI possa ter o seu transcurso normal dentro desta Casa, e possa apurar também todas as irregularidades. O que não pode, é ficar esta CPI, paralisada, simplesmente pela ausência ou pela renúncia dos membros do Partido da Situação. Ontem, a Oposição aprovou unanimemente a solicitação feita pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, demonstrando que não estava apoiando tão somente a medida do Deputado Gabriel Manoel, mas, acima de tudo, usando a seriedade que toma conta da Oposição, a seriedade que vem assumindo posições dentro desta Casa, fazendo com que os honestos e eficientes sejam privilegiados, os corruptos, ineficientes, despreparados e simplesmente nomeados para cargos para os quais não reúnem condições, sejam afastados.

Era esta a nossa solicitação. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, quinto orador inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):
“Não há um homem público consciente deste Estado que hoje não esteja se perguntando como e quando teremos as condições de exigir um tratamento justo por parte da União.

É importante e necessário, ao Estado como ao município, que as rendas geradas em cada área geográfica, por sua comunidade produtiva, sirvam para o seu próprio desenvolvimento econômico e social.

A Nação brasileira não deseja uma atomização de suas responsabilidades, de seus deveres e direitos, de forma que cada um cuide apenas de si, numa federação de regionalismos contraditórios. Mas também, não pode concordar com a alienação dos seus interesses, pela força e por leis, de modo que acima dos interesses nacionais se situem os interesses dos grupos de mercado e do conselho de dirigentes eventuais.

O Paraná vem sentindo, desde há muito, a sangria econômica a que está submetido. Concorre significativamente para o esforço nacional com sua importante produção de alimentos, de matérias-primas, de recursos energéticos, de exportações e com lideranças que trabalham pela integração nacional e o desenvolvimento. Em troca, vem recebendo o “cala a boca” dos pequenos retornos, das obras insuficientes, das parcelas de restituição limitadas.

Nas relações entre o Estado e a União, hoje, a questão política mais importante é o tratamento desigual, o tratamento injusto a que estamos submetidos. E neste assunto, todas as vozes representativas vêm destacando a situação intolerável a que estamos submetidos.

Nossa imaturidade política, de alguma forma, tem permitido que os políticos mais se contradigam pelo facciosismo, pela grei política, do que afinem seus pronunciamentos em favor do Paraná.

Tem-se tratado nesta Casa de tantos problemas de abuso do poder central a respeito de nosso Estado que já nem se consegue organizar a listagem de nossas reivindicações.

Lembremos algumas: o retorno da produção de energia elétrica; o tratamento adequado à agricultura, ao café, à soja, ao trigo, à lavoura de subsistência e de alimentos para o mercado; à educação; às obras públicas, especialmente vias de transporte; às fronteiras com São Paulo; ao turismo. Enfim, tantas são as reivindicações e tão poucos são os nossos advogados, incisivos, firmes, respeitados e presentes, que não conseguimos nos coordenar para uma ação de cunho efetivamente paranaense. Que represente nossos interesses maiores na forma e nos

meios de ação.

Tivemos personalidades paranaenses compondo o Governo Federal, mas não conseguiram, não souberam ou não quiseram capitanear nossa ação conjunta, mobilizando toda a sociedade paranaense em seu próprio favor.

Agora, recebemos a notícia de que “homem em Brasília”, na ELETROBRÁS, perdeu o cargo. O último representante explícito do Paraná na composição federal deixa o posto.

Será demais afirmar que a contribuição do Paraná à causa nacional e ao desenvolvimento econômico e social não está na proporção dos benefícios que recebemos em retorno da União? Existe alguém que ignore esta situação de desvalia?

Se estamos todos de acordo com este fato, baixemos a cabeça e continuemos a nos ocupar de nossos interesses, das questões de cada município, de cada região e do Estado. Porém, aí cabe outra indagação: podemos fazer isso, se tratar dos interesses dos municípios, das regiões e do Estado é analisar nossa produção, nossa situação, e a injusta relação entre o Paraná e a União?

Qual é a solução para esse angustiante problema, que não só sacrifica nosso Estado, nossos municípios, mas sim cada produtor, cada cidadão, cada vivente em nosso Estado?

Enquanto algumas pessoas pensam em seus grupos, em seu prestígio, em como criar mais um cargo e preenchê-lo por parentesco, por divisão de áreas, por privilégios, a grande maioria consciente espera que o Governo do Estado possa liderar no plano concreto essa reivindicação, para que não caiba aos Deputados, um grupo de Deputados, ir a Brasília para dizer que não aceitamos esta situação criada pela paralisação de obras essenciais.

Estamos assim: alguns pronunciamentos isolados, aqui ou no Congresso Nacional, esperando as benesses dos meios de comunicação, não afetam os ouvidos moucos do Governo Federal. Políticos, empresários, intelectuais, trabalhadores, estudantes não conseguem fazer-se ouvir. Sua voz não vai além das divisas do Paraná e Santa Catarina; some-se no mar.

Acredito, sinceramente, que este hoje seja o principal problema do Paraná. Não tem voz, não tem voto, não tem força de representação.”

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Há poucos instantes, ocupou a tribuna nesta Casa, o nobre Deputado Nestor Baptista e, estranhou, que dois Deputados da Bancada do PDS nesta Casa, os nobres Deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima, houvessem subscrito uma denúncia endereçada ao Sr. Secretário da Segurança, sobre rumores que circulam no Município de Siqueira Campos de que estaria o atual sub-diretor do DETRAN, vendendo carteiras de habilitação de motoristas.

Estranhou o nobre Deputado Nestor Baptista que, esses dois Deputados renunciando à CPI que apura possíveis irregularidades ocorridas no DETRAN aqui nesta Casa, houvesse renunciado à condição de membros da comissão e, posteriormente, subscrito denúncia ao Secretário da Segurança.

Não há o que estranhar nobre Deputado. Vossa Excelência procura desenvolver um trabalho legislativo ou eleitoral, não sei qual é o caso talvez, eleitoral, porque Vossa Excelência se baseia em dados já superados, já apurados, já punidos. Vossa Excelência pretende que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, comissões estas que nunca deram em nada, todos os Deputados sabem nesta Casa, nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito apresentou resultados positivos em favor da comunidade. Nenhuma. Porque as conclusões à que estas comissões chegaram, são até aleatórias, às vezes, ao assunto para as quais foram criadas. Vossa Excelência pretende

com uma CPI, investigar fatos superados, fatos que foram apurados pelo Coronel Osvaldo Cruz, Diretor do DETRAN, que Vossa Excelência diz ser uma pessoa incapaz, mas como cujo pensamento não comungamos, porque o conhecemos, sabemos que é um homem acima de tudo honesto.

Tão logo assumiu suas funções, colocou o dedo na ferida, removeu, puniu, demitiu, substituiu os corruptos, entregou alguns à Justiça.

Quando soube das denúncias oferecidas nesta Casa pelos nobres Deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima, imediatamente determinou que se iniciasse o inquérito administrativo para apurar a veracidade ou não das denúncias.

Afirma ainda o nobre Deputado Nestor Baptista, que os Deputados subscritores daquele requerimento afirmaram, nesta Casa, ser verdade que existe corrupção por parte do sub-Diretor do DETRAN.

Não é verdade. Os Deputados que subscreveram, está aí o requerimento para ser lido; pedem a apuração da veracidade ou não das denúncias.

Isto é altamente meritório por estes dois Parlamentares. Não quiseram participar de uma CPI por questões de foro íntimo. Não me cabe analisar, mas que tão logo souberam da existência de possíveis irregularidades, cumpriram o dever parlamentar e vieram a esta Casa, ofereceram denúncia pública, com a responsabilidade deles próprios, que subscreveram o requerimento, denunciando uma autoridade, o que demonstra a honestidade de propósito destes dois Parlamentares.

Portanto, nada a estranhar por parte do Deputado Nestor Baptista. Nada, nada a estranhar.

Quanto à designação de novos Membros para a CPI que apura possíveis irregularidades no DETRAN, já está sendo diligenciado pela Liderança do PDS desta Casa. Estamos na fase de consultas para saber quais os Deputados que se dispõem, efetivamente, para participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas participar ativamente, porque não basta aceitar a designação e não comparecer às reuniões desta comissão. Tão logo as consultas estejam concluídas, a Liderança fará a designação e dará todo o apoio ao prosseguimento dos trabalhos.

Apenas usei da palavra por dois motivos, Sr. Presidente: primeiro, para esclarecer e caracterizar o posicionamento dos dois eminentes Deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima.

Segundo, para contraditar, no nosso entendimento, o conceito que faz o Coronel Osvaldo Cruz, Diretor do DETRAN, o nobre Deputado Nestor Baptista. É uma questão tão objetiva, ele entende que o Diretor é incompetente, que prometeu tudo e nada fez e nós entendemos exatamente o contrário. Que é um homem honesto sob todos os aspectos. É um homem capaz de se portar com honradez, com dignidade, com decência. Isto é muito importante. Até justificamos os possíveis erros, justificamos inclusive, até a falta de competência, se é que ela existe, desde que ele seja um homem de bons propósitos, um homem honrado, como sói ser o Coronel Osvaldo Cruz, ilustre e digno Diretor do DETRAN do Estado do Paraná.

Estas, as considerações, para refutar duas afirmativas. Primeira, a estranheza do Deputado Nestor Baptista. Não há nada de estranho. Os Deputados são homens representantes da comunidade, são homens de grande responsabilidade, líderes em seus setores e atividades políticas, por isto estão nesta Casa, são homens de absoluta independência para agir dentro desta Casa, de acordo com suas consciências.

Em segundo lugar, para refutar, como já dissemos, acusações gratuitas que fez o nobre Deputado Nestor Baptista, de sua tribuna, ao Coronel Osvaldo Cruz, Diretor do DETRAN, sem que isto "arranhasse de leve" nem de leve arranhou a admi-

ração, a amizade que tenho por este jovem Deputado que, repito mais uma vez, não deve se perder: é uma das esperanças da política do Paraná. Tem que com menos sede ir ao pote: devagar, devagar, devagar; analisar antes de fazer afirmações gratuitas nesta tribuna.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Respeitar e fazer respeitar a lei, este é o dever de toda autoridade, de qualquer funcionário, de qualquer cidadão. Entretanto, ainda não chegamos lá. Não chegamos à porta dos Estados civilizados, modernos, democráticos.

Estamos vivendo ainda, num estágio político e social superado pelos países desenvolvidos nos começos do século passado. Se o produto nacional bruto nos causa a ilusão de que somos um dos primeiros dez países do mundo em desenvolvimento econômico, não podemos esquecer que do ponto de vista social estamos afundados entre os países subdesenvolvidos, e do ponto de vista político, ainda estamos muito próximos das semi-colônias da África e da Ásia.

Somos um País com uma população composta de cidadãos de primeira, segunda e terceira classe. E o recenseamento não nos dirá nada a respeito disso.

Temos uma elite econômica que constitui o Poder e para conquistá-lo com segurança, aliou-se aos grupos econômicos internacionais; e construiu uma Doutrina de Segurança Nacional, apoiando-se nas Forças Armadas que deveriam construir nossa independência e nossa garantia de progresso.

A Constituição foi feita pelos grupos no poder, mas pode ser burlada toda vez que o Governo se vir em dificuldades para manter seu sistema político, seu regime de governo. A Constituição é um instrumento maleável, flexível, para ajustar-se aos interesses do grupo de plantão no governo e seus associados no que se chama de classe política.

A política econômica do Governo é um meio para assegurar ao grupo no poder, à plutocracia seu domínio de mercado, sua reserva de mercado, deixando sempre algumas concessões para os tecnocratas e os serviçais mais ativos.

Não é de estranhar, então, que as leis ordinárias também sejam manipuladas pelo Governo, para o poder. Isto é, para sua base de sustentação política e social.

A Justiça — é preciso confessar — também é um instrumento para fixar privilégios dos poderosos. A polícia só funciona para sua garantia efetiva.

Este é o retrato de um País de delinquentes, não porque todos os brasileiros sejam marginais à lei por afronta à Constituição, às leis, normas e regulamentos. Mas sim, porque o próprio Governo é a ilegitimidade, a raiz da ilegalidade e da violência.

"Que País é esse?"

Um grupo de ladrões e corruptos que se instalou na máquina de governo e ao longo dos últimos anos criou tais privilégios, afrontou de tal forma as leis, que o grande roubo, a grande especulação, a manipulação de normas e regulamentos para obter rendas e lucros para os membros da oligarquia que a Nação está descrendo das leis, dos regulamentos e do sistema constitucional, como expressão da necessidade de regulação dos interesses sociais.

O Governo fraudula e burla a Constituição. Os políticos manipulam as leis para seu próprio interesse. Os funcionários graduados do governo agem no exclusivo interesse dos grandes grupos econômicos. A polícia em muitos casos, age como criminosos comuns.

Esta é a situação a que chegamos.

Entre os grupos no poder, alguns não só se reservaram o mercado, seu monopólio econômico pelo sistema de cartéis

associados, como criaram áreas restritas de poder exclusivo. Criaram uma sociedade dentro da sociedade, para aumentar ainda mais sua força e obter maiores lucros.

Aqui mesmo, no Paraná, temos duas cidades que são uma versão moderna do sistema senhorial: a cidade Klabin e a cidade Atalla. Em ambas, o governo, a justiça, a polícia e a política pertencem aos proprietários.

Todavia, reconheçamos uma diferença: na cidade Klabin, o sistema moderno de produção levou a alguns reajustamentos do senhorialismo, do sistema do grão-senhor, e, pela pressão das massas comprimidas na Cidade de Telêmaco Borba, algumas mudanças aconteceram fora dos limites da fábrica de papel e seus agregados econômicos.

Em Porecatu, na Central do Paraná, não só predomina o regime senhorial como se parece com uma fortaleza, um castelo medieval, onde os nobres cobram todos os tributos pelo direito de permitirem a vida dos servos dos canaviais e dos serviços.

O Grupo Atalla e seus associados no governo controlam em Porecatu 33.000 habitantes, dos quais 21.000 almas dependem da vassalagem aos baronetes e ao príncipe da corrupção. Ali não têm existência senão formal a República, o governo nacional, a administração estadual e a municipal, as leis, a Justiça, a polícia.

A Usina Central do Paraná emprega cerca de 10.000 operários e eventualmente contrata aproximadamente 2.500 trabalhadores no corte de cana. Mas estende seu poder ilimitado a 21.000 dependentes, e, de alguma forma, aos 33.000 habitantes de Porecatu.

Deveria recolher 120.000.000 de cruzeiros de ICM mensalmente. Deveria recolher impostos e taxas de contribuição aos governos. E como sua produção resulta do trabalho de muitas pessoas, e existem leis para todo o território nacional que contemplam alguns interesses dos trabalhadores deveria recolher o Fundo de Garantia e oferecer a estabilidade e os direitos de lei aos trabalhadores.

Pouco se sabe da vida e das relações entre a Usina Central, o Grupo Atalla e o Governo. Sabe-se apenas de escândalos, de corrupção, de manipulação legal. Afinal, o Grupo Atalla é parte do poder, é parte do governo.

As queixas dos trabalhadores podem ser arroladas em volumes que, empilhados, seriam mais altos do que o edifício do Tribunal de Justiça.

Muito mais do que o rol dessas queixas, o discurso sobre a situação dos trabalhadores de Porecatu, a imprensa nos tem brindado com os privilégios, os escândalos e a corrupção que marcam a vida do grupo Atalla. Ninguém, na vida pública do Paraná, tem o direito de desconhecer o que ali ocorre.

Consideramos que as soluções para o problema da cidade feudal de Porecatu e das almas que ali vivem sob a proteção da aristocracia da Usina Central somente poderão ser encontradas com a encampação, através da compra pela PETROBRÁS, com a dedução de todos os débitos da empresa para com a União e as instituições financeiras oficiais.

Por isso, estamos apresentando esta solução, reivindicando que o Poder Legislativo do Paraná apóie nosso pedido".

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência pela análise que faz, com propriedade, da situação político-econômico e social do País, na tarde de hoje.

Infelizmente, nobre Deputado, a situação política que o País experimenta nos últimos 16 anos de arbítrio e prepotência, levou aos desmandos, à situação caótica que Vossa Excelência, nesta tarde tão bem analisa.

Um País que tem enfraquecido e desvestido de suas prerrogativas; um País que tem um Judiciário amordaçado, não pode jamais progredir econômica e socialmente.

Porisso, quero cumprimentar Vossa Excelência pela análise que faz com muito cuidado e propriedade, na tarde de hoje.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, realmente, esta rápida análise que fazemos da situação econômico-financeira e política do País, usando como exemplo o que vem ocorrendo na Cidade de Porecatu, mais especificamente, com a Usina Central do Paraná.

Porecatu é um município que vive, ao longo dos anos, totalmente dependente de um grupo econômico, que tem sido, em alguma parte, responsável pela manutenção da coisa pública, naquele município.

Mas, de outro lado, tem sido o grande responsável pela péssima condição de vida dos trabalhadores que lá vivem, das famílias que lá labutam.

É um grupo que só tem recebido benefícios do Governo. A própria imprensa tem se encarregado de mostrar a nocividade do Grupo Atalla em várias regiões deste País. E infelizmente para nós, do Paraná, especialmente para aqueles que representam o Norte do Estado, nesta Casa, o Grupo Atalla tem sido de uma nocividade a toda prova. Milhares de trabalhadores sendo explorados em seus direitos, milhares de famílias que lá trabalham e que prestam o melhor de seu vigor físico àquele Grupo, infelizmente, as estruturas do Governo que lá existem representadas nos mais diferentes níveis da administração pública, se prestam a dar garantia e validade à exploração desse Grupo, em detrimento da classe mais pobre, que é a classe trabalhadora.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado José Tavares, nós estamos ouvindo com atenção Vossa Excelência a colocar muito bem, o problema. Vossa Excelência, num ponto, tem o nosso apoio mas queremos apenas discordar, quando o jovem Deputado Tadeu Lúcio diz que, o Poder Judiciário está claudicando, quando diz que o Poder Judiciário não tem voz ativa. Este é o nosso ponto de discordância, e queremos dizer também, que o Poder Legislativo é um Poder castrado, é ir de encontro, contra a nossa soberania, contra esta abertura que vem vindo, lenta, dando a democracia brasileira, para um futuro próximo, a definição dos Poderes.

Vossa Excelência fala muito bem - quando o povo está sendo humilhado, garroteado em seus direitos, então, temos que concordar com Vossa Excelência e apoiá-lo, neste ponto de vista; só não podemos apoiá-lo assim, em declarações inopinadas como por exemplo as do jovem com um brilhante futuro, Deputado Tadeu Lúcio, quando diz que o Poder Judiciário não tem poder. É uma inverdade que, talvez, dentro do meridiano, o jovem Deputado tivesse falado assim inopinadamente, porque o Poder Judiciário tem o poder de decisão, como o tem também, dentro das suas limitações, o Poder que nós representamos, que Vossa Excelência representa e que muito bem hoje fala da tribuna para defender aquele povo oprimido.

Era esta apenas a minha divergência, sobre o aparte do jovem Deputado Tadeu Lúcio Machado, meu Companheiro e ilustre Deputado quando fala que o Poder Legislativo, o nosso Poder que honradamente temos a obrigação de defender como Vossa Excelência está defendendo, não tem poderes, e também, sem querer bajular o Poder Judiciário, é apenas para discernir, apenas para dizer a Vossa Excelência que, o Poder Legislativo é um Poder altaneiro porque, se assim não o fosse, Vossa Excelência não estaria aí nessa tribuna dizendo o que pensa e lutando por um ideal desta juventude que é a esperança do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Apenas para recolocar as coisas nos seus devidos lugares: Entendo que o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, quis se expressar da forma como Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, com referência ao

Poder Judiciário, talvez tenha sido em razão da experiência que ele tem e do conhecimento que sei que ele tem, em relação ao funcionamento do Poder Judiciário na Cidade de Porecatu.

Realmente, nobre Deputado, o que existe de processos, de reclamações trabalhistas contra a Usina de Porecatu ajuizadas no Fórum daquela Comarca, é inacreditável. Disse aqui, que daria para fazer uma pilha que talvez seria mais alta do que o prédio do Tribunal de Justiça, e é verdade. Talvez neste aspecto, que o nobre Deputado fez essa afirmação e, acertadamente, porque o que se vê de adiamentos de audiências devido ao grande número de Reclamações Trabalhistas, é algo de inacreditável e que chega inclusive a nos ferir, a nós que convivemos e inclusive advoguei naquela Comarca, por algum tempo.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado José Tavares, gostaria de fazer uma conotação no seu pronunciamento, apenas no tocante a um aspecto.

Solicitaria que Vossa Excelência me esclarecesse primeiramente, quando Vossa Excelência citou os números de arrecadação de ICM por parte da Usina Central, quando Vossa Excelência disse que, deveria recolher 120.000.000 de cruzeiros por mês, é isto? Deveria recolher?

O SR. JOSÉ TAVARES — Perfeito, deveria recolher.

O Sr. Darcy Deitos — Isso nos leva a crer, eminente Deputado

José Tavares, de que este País é, sem dúvida alguma, um País de contratos gritantes. Porque vemos um sistema discricionário, prepotente, arbitrário, colocar em prática uma política fiscal onde cabe aos amigos, todas as benesses da Lei e aos inimigos o rigor da Lei. Porque é um absurdo que uma usina que nem essa, Usina Central de Porecatu, esse Governo que aí está, com a sua máquina de arrecadação devidamente montada, achar que o pequeno comerciante do interior do Estado do Paraná, obrigando fazer recolhimentos mínimos de cidadão, doentes até, inválidos até, que se ele não recolher uma contribuição mínima, ele é obrigado a fechar o seu estabelecimento.

Agora, deixa os nababos que sustentam este regime apodrecido, a não recolher o devido para o Estado, para fazer as obras necessárias.

Eu agradeço.

O SR. JOSÉ TAVARES — Responderei e também me permitiria dialogar com Vossa Excelência, dizendo o seguinte: que talvez, não é só o Grupo Atalla que deveria recolher uma soma X de impostos à Nação, são os grandes grupos poderosos deste País, e particularmente nesta análise que faço, o grupo Atalla é um desses grandes grupos. E, ele deixa de recolher o justo, em termos de tributos à Nação mas, não é só isso, deixa também de recolher o Fundo de Garantia dos trabalhadores. Imperra a máquina judiciária na Comarca, porque ela é acionada pelos trabalhadores miseráveis, famintos, que vivem em busca de justiça e, lamentavelmente, esta máquina tem se prestado a esse tipo de serviço. Juizes, promotores que por lá passam, não têm suportado a pressão desse grupo que explora os trabalhadores em Porecatu.

Realmente, o número de reclamações trabalhistas é enorme e quem sofre somente com esse emperramento da máquina judiciária daquela Comarca, é só o trabalhador. Porque quando ele estiver coagido ou quando ele descobre que teria um determinado direito trabalhista, ele recorre ao advogado, recorre às vezes, a um amigo que indica um determinado advogado que na maioria das vezes, advoga de graça, este advogado vai pleitear naquela justiça, um direito do trabalhador.

Mas, a verdade é que, primeiro, é difícil ele ver este seu direito reconhecido e quando vê, é depois de longos e longos anos, quando este seu direito transformado em dinheiro, já não vale mais nada.

Esta é a dura e triste realidade que ocorre em Porecatu, onde existe um grupo econômico poderoso. E, no entanto,

tudo isto tem sido denunciado, tudo isso o Governo sabe e não tem tomado nenhuma medida plausível, justa e até enérgica. E só, alguém levantar a sua voz para tentar resolver os problemas decorrentes, da exploração que o grupo Atalla impõem aos trabalhadores de Porecatu, quando surgem crises sociais, como a última que ocorreu há pouco mais de dois meses, onde nós, inclusive, na condição de Deputado que lá estivemos, para conversar com trabalhadores, saber da realidade do que lá estava ocorrendo, fomos seguidos e perseguidos por uma segurança pessoal da Usina Central de Porecatu. Durante quarenta minutos, este Deputado e mais 3 funcionários e um advogado de Londrina, do ex-funcionário da Prefeitura de Florestópolis, procurávamos conversar com os trabalhadores para saber do porquê, que o corte de cana ainda não havia iniciado, qual a razão que já faziam 3 meses que os seus salários estavam atrasados, fomos seguidos ostensivamente depois de termos recebido, um telefonema nos ameaçando no restaurante daquela cidade.

Então, nobre Deputado, veja Vossa Excelência que além da exploração, que além das condições sub-humanas que esse grupo, poderoso e nocivo à economia brasileira impõe numa cidade como Porecatu, chega até às raízes de ameaçar publicamente através de um seu preposto, um cidadão que veio de Angola, ex-membro das Forças Armadas ou da Marinha angolana, da Polícia de Salazar, vem querer intimidar, perseguindo ostensivamente um Deputado, que nada mais estava fazendo, do que procurando saber da realidade dos fatos, para poder aqui nesta Casa, que é onde se defende os interesses do povo do Paraná, pudesse fazer alguma coisa em nome daquela gente sofrida.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Cumprimentos pela sua manifestação nesta tarde, Deputado José Tavares, serei breve, porque Porecatu traduz e é a radiografia do que acontece efetivamente no País: Ao trabalho, a polícia, a capital, a benesse. Isto é no ABC, em Porecatu, no Paraná, em São Paulo e em todo o Brasil.

Este País não é só o País dos Atallas, é também dos Luftallas, dos Abdallas (???); porque quem participa destes atoladores sociais e econômicos do País, chega a Governo de Estado, como em São Paulo. E agora, o grupo Luftalla vai receber 90 e poucos milhões de cruzeiros de retorno do BNDE. Aliás este País, realmente, dizem que não é sério. Não, o Brasil é sério, quem não é sério são os seus governantes.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concedo o aparte ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Nobre Deputado Tavares, antes de mais nada cumprimento Vossa Excelência e trago um problema social relevante. Problema este que é dos mais sérios e que, portanto, merece este enfoque especial trazido. Há pouco, Vossa Excelência foi aparteado pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, que não concordava com as colocações feitas pelo Deputado Tadeu Lúcio, quando dizia que o Judiciário está amordaçado e a sua denúncia é simples. A pilha de processos contra os Atallas superaria tranquilamente a altura do Tribunal de Justiça do Estado. Quem está perdendo com isto, este grupo? Com certeza não. Quem está perdendo com isto é o trabalhador que está aguardando uma decisão judicial, demonstrando que também o Judiciário está submisso, está sendo entregue, como esteve nestes últimos dezesseis anos.

Com respeito ao Legislativo, deve concordar também, o Deputado Gabriel Manoel, que perdeu muito de sua força, porque se entregou ao Poder, se entregou ao Executivo. Um exemplo nacional recente: O Estatuto do Estrangeiro, quando os Deputados inclusive do Governo diziam em rádio e em televisão de que votariam contra o Estatuto, na hora da votação, o que aconteceu? O Legislativo sucumbiu diante da força,

da opressão, do totalitarismo do Executivo.

E o exemplo paranaense, o exemplo de hoje, numa entrevista, isto para me reportar inclusive ao pronunciamento feito pelo Deputado Erondy Silvério, numa emissora de rádio, o Coronel Osvaldo Cruz, no meu entendimento incompetente Diretor do DETRAN, ainda que seja Coronel do Exército, mas a verdade é uma só, dizia ele que desconhecia uma CPI dentro desta Casa, porque não passava de um autêntico blá-blá-blá. Ele está na posição dele, não por ser Coronel, mas porque teve um apadrinhamento que o levou para o DETRAN. E nós estamos aqui, porque houve uma parcela considerável da população paranaense que nos trouxe para cá.

A verdade é uma só, está o Legislativo sendo desrespeitado e também não se fazendo respeitar. É por isto que enfrentamos hoje tanta dificuldade para enfrentar o Executivo, porque no momento em que houver a consciência de todos os Parlamentares, o Executivo não terá força para derrotar um Legislativo, em todas as suas intenções.

Muito obrigado, mais uma vez, os meus cumprimentos pelo seu brilhante pronunciamento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço ...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concluo, Sr. Presidente, reiterando o meu apelo à Casa, no sentido de que preste o seu apoio a esta nossa iniciativa, através deste requerimento sugerindo que a PETROBRÁS, incampe a Usina Central do Paraná, de Porecatu, a fim de que a Empresa se fortaleça no plano de produção do álcool, e ao mesmo tempo em que resolve a angustiante situação social dos trabalhadores, que lá vivem, bem como da cidade, dos moradores da cidade de Porecatu.

Concedo o restante do tempo que me sobra ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Tavares, por ocasião da formação de uma Comissão Especial, para se averiguar os desmandos naquela pequena bialfra, implantada no Norte do Paraná, àquela época nós sugerimos a desapropriação da usina, criando-se conseqüentemente, uma Cooperativa paraestatal. Nós sabemos da sua atividade em Porecatu, do apoio que Vossa Excelência tem dado àqueles trabalhadores marginalizados, oprimidos, castigados e chicoteados. Agora é muita terra para um grupo só, nobre Deputado. Se o Governo está bem intencionado e fala em Reforma Agrária, deveria começar lá. O Grupo tem 80 fazendas entre o Sul de São Paulo e o Norte do Mato Grosso. Mas não paga nada. E patrocinou por algum tempo Emerson Fittipaldi. O gasto do patrocínio daquele carro de Emerson Fittipaldi daria para pagar funcionários, encargos sociais, COPEL, BADEP; então, parabéns pela sua sugestão. É preciso que o Governo faça alguma coisa contra este grupo criminoso, corrupto até eu diria, porque desvia as verbas dadas pelo Governo, para aumentar o seu patrimônio; ele não quer descapitalizar o que tem. Ele não vende 10 fazendas, das 83 para pagar; se recebe dinheiro, ele quer comprar mais 10 fazendas para chegar a 93. E se apropria criminosamente do fundo de garantia.

Vou ser até um pouco mais agressivo. Se houvesse cadeia neste País, esse povo era para estar atrás das grades. É que neste País aqui, não há nada sério. Não se toca com honestidade. Quem deveria estar na cadeia está fora; quem está fora, devia estar lá. E os Atalla, na cadeia, porque eles roubam o povo.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. E agradeço também, Sr. Presidente a sua compreensão.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário re-

servado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Nos últimos quatro meses, tivemos a oportunidade de participar deste Poder Legislativo, em substituição ao Deputado José Domingos Scarpelini e, agora, quando chega o momento de nossa despedida, gostaríamos de registrar nosso agradecimento às diversas bancadas, aos funcionários da Casa e à imprensa.

Saímos compreendendo melhor o funcionamento do Legislativo, graças à salutar convivência que tivemos, e ainda mais empenhados na luta para que seja recuperada a verdadeira vocação do Poder Legislativo, que é fiscalizar o Executivo, para que juntos, possam promover um governo participativo e democrático.

Levo para a minha região de origem a convicção da necessidade cada vez maior de que senadores, deputados e vereadores, façam de todos os parlamentos brasileiros, de todos os níveis, trincheiras da defesa do Legislativo, para que haja a recuperação das prerrogativas perdidas. É preciso grande conscientização de todos nós, que somos os autênticos representantes do povo, para que se façam valer dentro do País as verdadeiras necessidades populares. Para isto, é preciso que o meu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, faça soar bem alto o grupo de defesa do Poder Legislativo, a fim de que o povo participe mais diretamente das decisões governamentais e não seja mais uma vez deixado de lado e ludibriado com decretos de leis ou decursos de prazo.

Mesmo diante desta enorme luta que está à frente dos Parlamentares brasileiros - luta que também é da situação, com a Emenda Flávio Marclio - me senti feliz em ter passado este tempo aqui no Palácio 19 de Dezembro. O momento que o nosso País vive é carente de participação, de idéias, e, principalmente de soluções. Acreditamos que demos um pouco da nossa cota de participação nestes quatro meses, e voltamos para Prudentópolis, onde temos a felicidade de sermos o político mais votado, com novos ensinamentos, que nos serão de grande valia.

Nossa região não está localizada no eixo mais desenvolvido do Estado, e nosso município nem sempre é bafejado pelas verbas governamentais, apesar de algumas décadas ter sido fonte geradora de expressivas riquezas, com a grande produção da erva-mate e de madeira.

Hoje, Prudentópolis luta por um acesso asfaltado, máquinas e equipamentos para a devida conservação de sua malha viária, que é grande, por ser o município um dos mais extensos do Centro Oeste do Paraná. Aos administradores do Estado, aproveitando a nossa despedida, lembramos que Prudentópolis ficaria feliz e agradecida se fosse implantado em nosso município um programa de desenvolvimento que beneficie de preferência a industrialização da produção primária. Só desta forma acreditamos que um maior desenvolvimento virá mais rapidamente, sendo preciso para isto as condições necessárias e essenciais de caráter econômico e político.

Nossa despedida não seria completa se não lembrássemos também os nossos companheiros do PMDB de Prudentópolis, que lutaram ao nosso lado na campanha política de 78. A eles é que devemos os quase doze mil votos conseguidos e que nos proporcionaram esta passagem pela Assembléia Legislativa. E também os membros do Diretório Regional do partido que tem demonstrado grande eficiência nesta fase de reorganização partidária.

Concluindo, Srs. Deputados, reafirmamos nossos agradecimentos. Enalteçamos o companheirismo que sempre tivemos de políticos do PMDB, da Mesa Executiva desta Casa, dos companheiros dos demais partidos e o respeito e a consideração que recebemos das lideranças do Partido Popular, do Partido

Trabalhista, do Partido Democrático Social e de nossa própria Liderança.

Despeço-me com a firme esperança de voltar a ocupar uma cadeira neste Legislativo junto aos meus Companheiros de bancada oposicionista, para que unidos, possamos participar da democratização de nossa Pátria.

Muito obrigado.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria dizer a Vossa Excelência, no instante em que o ilustre Deputado despede-se deste muito agradável convívio que tivemos por alguns meses, nesta Casa de Leis, que é muito lamentável para mim, especialmente, que aprendi a conhecê-lo e admirá-lo como homem público, moço talentoso, rapaz de virtudes as melhores imagináveis possíveis, vê-lo despedir-se deste convívio que foi muito prazeroso para nós, ao longo desses meses. E dizer a Vossa Excelência, como disse ontem, que gostaria imensamente de vê-lo novamente nesta Casa, com mandato efetivo, que Vossa Excelência tem condições de conseguir, mandato por inteiro que o povo possa lhe outorgar, para o bem do Estado e a tranquilidade de Prudentópolis.

Vossa Excelência vai, mas deixa aqui amigos, como este que Vossa Excelência conquistou, e aprendi a admirá-lo, na medida em que o ia conhecendo.

Receba pois, os cumprimentos deste Deputado, e a certeza de que Prudentópolis fez-se representar com dignidade, com muito acerto, nos meses em que Vossa Excelência aqui esteve. Ganhou Prudentópolis, e, neste momento, perde Prudentópolis, por algum tempo - tenho certeza - porque Vossa Excelência voltará aqui se assim quiser e entender, no próximo mandato, como Deputado, com larga margem de votos que Prudentópolis irá lhe outorgar e conceder, pelos méritos que Vossa Excelência tem, que indiscutivelmente são méritos pessoais, e eu o cumprimento efusivamente por esta razão. Meu abraço a Vossa Excelência.

O SR. AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado. Antes de conceder aparte ao nosso Líder hoje, concedo um aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós, consternados, num misto de alegria e de tristeza, ao assistirmos esta despedida. Tristeza pela falta do convívio de Vossa Excelência no meio desta Bancada, e alegria por ver um filho de Prudentópolis altaneiramente vir aqui em quatro meses e conquistar a simpatia de todas as Bancadas e de toda esta Assembléia.

E apenas para dizer a Vossa Excelência que é jovem, que continue sendo assim, para que se concretize aquele velho adágio popular: "Como é bom ser bom".

Vossa Excelência hoje se despede e deixa as raízes de uma amizade profunda, que está acima dessas quízi-las passageiras.

Leve Vossa Excelência nosso abraço, nossa admiração, para que os jovens paranaenses tenham o exemplo desse jovem, quase menino, posso assim dizer, porque é da idade de meu filho, porque Vossa Excelência foi um exemplo de dignidade, de honradez, para todo o Brasil, e que possa continuar no seu lugar exato, dentro de uma democracia sadia, como a que Vossa Excelência pregou aqui, no breve tempo que esteve conosco.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel.

Concedo aparte ao nobre Deputado Darcy Deitos, nosso Líder.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado, em nome da Liderança do PMDB, sem dúvida, emocionado nesta tarde, quando Vossa Excelência faz sua despedida, Vossa Excelência que, nestes quatro meses de convívio com nossa Bancada, deu mostra de ser um homem honrado, digno e decente. Prudentópolis muito bem soube escolhê-lo para ser seu Representante nesta Casa.

Tenho certeza que a sua ausência será por breve espaço

de tempo. Porque, Vossa Excelência ao voltar à sua região, incumbido da responsabilidade de ajudar a reconstruir um partido, o MDB, que o arbítrio implantado nesta Nação extinguiu no ano passado, Vossa Excelência está incumbido da responsabilidade de ajudar a construir o novo MDB que é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Tenho certeza que Vossa Excelência dará tudo de si, que vai ter a ombridade suficiente de correr a sua região, de andar de distrito em distrito, de cidade em cidade, fazendo um Partido de baixo para cima, trazendo o povo para a discussão política; tendo a dignidade de dizer ao povo que ele não pode ser massa de manobra, que o povo não pode ser instrumento de votos de políticos, que o povo não pode ser comprado pelo poder constituído deste Estado e desta Nação, disso temos certeza, pela honradez com que Vossa Excelência aqui se conduziu nestes cento e vinte dias.

Portanto, nobre Deputado, temos certeza que 1.982 nos espera para uma batalha árdua, onde - se Deus quiser - haveremos de hastear, no Palácio Iguazu, a bandeira do PMDB. E Vossa Excelência haverá de vir, para esta Casa, com um mandato por inteiro, para representar, com dignidade, o povo de sua região, como Vossa Excelência soube tão bem representá-lo, nestes cento e vinte dias.

Em nome da bancada do PMDB, o nosso muito obrigado, pela sua honradez e pela dignidade com que aqui se conduziu.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado e o incluo em meu pronunciamento. Já que Vossa Excelência também fala em nome da Bancada da qual faço parte, e faço parte de uma maneira bastante orgulhosa.

Porque, confesso a Vossas Excelências, com toda a sinceridade, aprendi muito com todos. Aprendi porque senti, nos Deputados de nossa Bancada, uma coragem sem limite, um amor à democracia que faz inveja a muita gente, propugnando, falando sempre em defesa do povo. E podem crer, nobres Deputados da Bancada do PMDB, que levo comigo uma saudade que está começando, a partir do término deste expediente, em meu coração. Porque, sinceramente, aprendi muito com Vossas Excelências e espero, num futuro breve, aqui estarmos juntos, lutando, em defesa do povo, em defesa da nossa Nação.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Agibert, é com tristeza para mim e tenho certeza, para toda esta Casa, que, assistimos nesta tarde, a sua despedida, provisória certamente, do nosso convívio. E falo muito à vontade, porque, além de falar para um companheiro de assento na Assembléia Legislativa do Paraná, falo ao meu afilhado, e quero dizer a Vossa Excelência como seu padrinho, de que, continue nessa caminhada porque Vossa Excelência tem tradição política, Vossa Excelência vem de uma descendência política que já vem de seu tio, o nosso amigo aqui presente Newton Agibert, que foi um dos grandes Prefeitos do Município de Prudentópolis; Vossa Excelência traz no sangue, o espírito político de seu pai, nosso velho amigo Gilberto Agibert que também foi um dos maiores Prefeitos que Prudentópolis já teve. De modo que, sua passagem e sua atuação por esta Casa não nos surpreendeu, porque, Vossa Excelência traz no sangue, a política. E ao lamentar esta sua ausência, espero que Vossa Excelência, ao voltar a Prudentópolis, terra que adotei como minha terra de coração porque foi lá que aprendi as primeiras letras quando cursei o Colégio das Irmãs tirando o curso primário, tenho por Prudentópolis, uma grande admiração e por aquele povo que por diversas vezes deu-me seu apoio incondicional para que eu pudesse representá-lo aqui nesta Casa; de modo que, acredito tenho confiança e espero que Vossa Excelência, ao retornar à sua terra, leve o abraço desta Casa ao seu tio, ao seu pai, aos nossos companheiros de lá e que, muito

em breve, possamos contar com o entusiasmo da juventude de Vossa Excelência, não só em favor de Prudentópolis e daquela região mas, de resto, de todo o Paraná!

Muito obrigado.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O Deputado Darcy Deitos já falou em nome da Bancada do PMDB, mas apenas para dizer a Vossa Excelência que, política se faz aqui, e se faz nas bases, e o trabalho de Vossa Excelência nas bases, região de Prudentópolis, será tão importante quanto o trabalho que Vossa Excelência desenvolveu nestes quatro meses, aqui.

O trabalho, lá ou aqui, tem a mesma importância.

Não vamos falar em despedida - vamos falar em até breve! Sucesso, Deputado!

O Sr. Dário Leonel — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado, estou há tempo tentando apartear Vossa Excelência e quero ser breve, mas conciso. Falo em nome da Bancada do Partido Popular nesta Casa, para dizer que Vossa Excelência no tempo em que aqui esteve, honrou esta Casa, soube fazer amigos e, hoje, tem uma demonstração muito clara - deixa saudades!

É difícil o equilíbrio e Vossa Excelência soube tê-lo. É importante saber conduzir, e Vossa Excelência o soube. Gostaria que levasse desta Casa, ao lado de tantas manifestações de carinho que recebeu de companheiros da sua Bancada e de outros Srs. Deputados, o abraço sincero, profundamente sincero e amigo, de todos os integrantes da Bancada do Partido Popular.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço profundamente todas as manifestações de amizade que recebi através desses apartes que o maior desenvolvimento, virá mais rapidamente, sendo preciso para isso, as condições necessárias e essenciais de caráter econômico e político.

Nossa despedida, não seria completa se não lembrássemos também os nossos companheiros do PMDB, de Prudentópolis, que lutaram ao nosso lado na campanha política de 78. A eles, é que devemos os quase 12.000 votos conseguidos e que nos proporcionaram esta passagem pela Assembléia Legislativa. E também os membros do Diretório Regional do Partido, que têm demonstrado grande eficiência nessa fase de reorganização partidária.

Concluindo, Srs. Deputados, reafirmamos nossos agradecimentos e enalteçemos o companheirismo que sempre tivemos de políticos do PMDB, da Mesa Executiva desta Casa, dos companheiros dos demais partidos e o respeito e a consideração que recebemos das Lideranças do Partido Popular, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido Democrata Social e de nossa própria Liderança.

Despeço-me, com a firme esperança de voltar a ocupar uma cadeira nesse Legislativo, junto aos meus companheiros de bancada oposicionista, para que unidos possamos participar da democratização de nossa Pátria.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Gilberto Agibert, sinto-me muito à vontade em poder nesse momento, em nome do meu Partido, do Partido Trabalhista Brasileiro, dizer a Vossa Excelência que, conhecendo como o conheço, desde os bancos escolares, Vossa Excelência marcou nesta Casa, um posicionamento, uma assiduidade e um comportamento de que muitos Parlamentares que por aqui passaram e que nesta Casa, ficaram por muitos anos, Vossa Excelência marcou muito mais do que alguns que não procederam como Vossa Excelência.

Razão pela qual, quando Vossa Excelência assumiu há meses atrás, eu tinha a certeza, e agora estou a dizer, que nunca me enganei com relação a sua conduta e sua maneira de ser.

Mesmo porque já o conhecia bem como a sua família. E em função disso, meu caro amigo Deputado Gilberto Agibert, leve deste amigo a certeza de que, o seu trabalho, assim como foi feito aqui, tenho certeza e repito, o será lá na sua Prudentópolis, o será em todo o Paraná e, em pouco tempo, acredito que Vossa Excelência retornará a esta Casa, com mandato efetivo para demonstrar mais ainda, a sua maneira de ser, a sua honradez e a sua capacidade.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado e já pelo tempo esgotado.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Presidência consulta a Liderança do PP, se vai fazer uso de seu horário reservado, tendo declinado. A Mesa suspende a sessão por cinco minutos para os cumprimentos ao nobre colega Gilberto Agibert Filho.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Reiniciados os trabalhos, consulto a Liderança do PTB, se vai fazer uso de seu horário. (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam a chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão, e conseqüente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 49/80, (Mens. Govern. n.º 47/80), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Foz do Iguaçu, e o Termo de re-Ratificação, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 50/80, (Mens. Govern. n.º 48/80), que aprova o Termo de re-Ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através dos Órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Casa Assistencial Maria Dolores”, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer Favorável. da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/80, de autoria dos Deputados DENI SCHWARTZ, DOMÍCIO SCARAMELLA, RENATO BUENO e JOÃO ELÍSIO, que denomina “Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi”, a Rodovia PR-170, partindo

da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhalão, até Guarapuava. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 64/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada “Rodovia Engenheiro TANCREDO BENGHI”, a Rodovia PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhalão, até Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980.

(aa) DOMÍCIO SCARAMELLA, DENI SCHWARTZ,
RENATO BUENO E JOÃO ELÍSIO.

JUSTIFICATIVA:

Ex-Prefeito Municipal de União da Vitória, ex-Chefe do Distrito do Departamento de Edificações com sede em União da Vitória, ex-Chefe do 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, ex-Diretor Técnico e ex-Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, constituiu-se o Engenheiro TANCREDO BENGHI num dos homens públicos mais dedicados que o Estado do Paraná conheceu.

Sua dedicação às causas públicas, levadas a efeito sempre com despreendimento e humildade, valeram-lhe o reconhecimento e o respeito de toda a classe política.

Tratando-se de pessoa tão ilustre que o Estado do Paraná conheceu, nada mais justo que se perpetue seu nome, dando a denominação de “Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi”, a Estrada Estadual PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhalão, até Guarapuava, como reconhecimento pelo seu trabalho em favor do Estado e da causa pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 64/80

PARECER

De autoria dos nobres Deputados Domício Scaramella, Deni Schwartz, Renato Bueno e João Elísio, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar Engenheiro Tancredo Benghi, a rodovia que especifica.

Analisando-se a matéria no seu aspecto constitucional e legal, temos que nada há que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

Justificada está a proposição com o que opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;
PAULO CAMARGO, Relator.

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
PROJETO DE LEI N.º 64/80

PARECER

O Projeto de Lei n.º 64/80, tem como objetivo prestar homenagem ao Engenheiro Tancredo Benghi, profissional que tem o respeito e a admiração dos paranaenses, pelos cargos que eficientemente desempenhou nas funções públicas como funcionário integrante do Quadro de Pessoal do D.E.R.

Justifica-se a finalidade do mesmo, ao exame do passado e realizações do Engenheiro Tancredo Benghi. Face ao exposto, opinamos favoravelmente ao proposto pelos ilustres Deputados Domício Scaramella, Deni Schwartz, Renato Bueno e João Elísio.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1.980.

(aa) PALÁCIO, Presidente.
CYRO MARTINS, Relator.

1a. DISCUSSÃO do Projeto de Lei n.º 98/80, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública o “HOSPITAL E MATERNIDADE DE MORRETES”, com sede e foro na Cidade de Morretes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 98/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE MORRETES, com sede e foro na Cidade de Morretes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.980.

(a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICATIVA:

O Hospital e Maternidade de Morretes, tem sua sede na Rua Santos Dumont n.º 91, na Cidade de Morretes, e está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, tendo seus estatutos registrados no Cartório das Pessoas Jurídicas há mais de um ano e sua diretoria não percebe remuneração a qualquer título, preenchendo assim, os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

A entidade tem por finalidade principal prestar serviço gratuito de internamento e tratamento de pessoas reconhecidamente pobres, de ambos os sexos, adultos e crianças, sem distinção de crença ou nacionalidade.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos ilustres Deputados, esperando merecer o necessário apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 98/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, o presente Projeto de Lei n.º 98/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Hospital e Maternidade de Morretes, com sede e foro na Cidade de Morretes.

A justificativa apresentada pelo autor do plano de lei, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1.980.

(aa) DENI SCHWARTZ, Presidente
WALDYR PUGLIESI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, consubstanciado em pedido de informações, referente à publicação de matéria promocional em jornais.— Em votação. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

17 Srs. Deputados o aprovam;

1 Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 363/80

designar, LIDIA MUCHINSKI, matrícula n.º 487, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do PMDB, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. n.º 7799).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 364/80

mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 268/80, de 26 de maio de 1.980, para declarar que a aposentadoria a pedido, de CLOVIS FREITAS, matrícula n.º 173, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é nos termos do Art. 138, item II, combinado com o Art. 140, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, permanecendo íntegros os demais termos e expressões lá constantes.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO EM 18/09/80

FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 609/80

conceder ao funcionário EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula n.º 485, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.980, a partir de 1.º de outubro de 1980.

(Protoc. n.º 8851)

PORTARIA N.º 610/80

transferir para 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 87/80, à funcionária MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula n.º 561, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 8471).

PORTARIA N.º 611/80

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LINDAMIR EDIL CARAN, matrícula n.º 510, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo D, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de hum (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 2.º decênio, compreendido entre 30 de setembro de 1971 e 30 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação referente ao 1.º decênio e das férias de 1972, 1974, 1975 e 1978, contadas em dobro; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 30 de janeiro de 1.980, data que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de 20% (vinte por cento).

(Protoc. n.º 7156).

PORTARIA N.º 612/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de EDISON HEIBEL, matrícula n.º 242, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 20 de agosto de 1980, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento. (5%).

(Protoc. n.º 7252)

PORTARIA N.º 613/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de RAUL ZIPPERER, matrícula n.º 522, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ns termos do Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 10 de agosto de 1980, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. n.º 7054).

PORTARIA N.º 614/80

conceder à funcionária IVETE HENEQUEM DRANKA, matrícula n.º 155, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 16 de março de 1980, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. n.º 5768).

PORTARIA N.º 615/80

designar, NILCE ALVES POLI MILANI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, sem prejuízo de suas

vantagens, até 31 de dezembro de 1.980.

PORTARIA N.º 616/80

designar DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Ga-

binete da 3a. Secretaria, sem prejuízos de suas vantagens, até 31 de dezembro de 1.980.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de setembro de 1980

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL